

Comentários e síntese ao Livro I de “A Utopia”, nos 500 anos da obra

Versão utilizada: *Morus, Tomas, “A Utopia”, 16ª edição, José Marinho (trad.), Babel, 2016*

Neste texto propõe-se uma síntese do Livro I de “A Utopia”, de Tomas More, agora que passou o 500º aniversário da publicação da obra. A síntese foi elaborada para ‘consumo próprio’, servindo de guião para revisitas ao livro e não mais do que isso. Neste texto procura-se essencialmente extrair a espinha do Livro I de More de um ponto de vista pessoal.

Hitlodeu, o alter ego fala-barato de Tomás More

O livro arranca na Flandres, local escolhido para uma conferência internacional entre Henrique VIII e Carlos I, respectivamente governantes de Inglaterra e Castela, reunidos para dirimir um conflito entre as coroas. Carlos I foi proclamado Rei em maio de 1516, depois de passar a infância na mesma Flandres.

Reunidos em Bruges, as delegações de cada coroa não chegam a qualquer acordo, interrompendo-se as negociações para os espanhóis consultarem com o seu Rei, então em Bruxelas. Tomas More (TM), um dos representantes de Henrique VIII, aproveita a pausa para ir até Antuérpia.

É nesta cidade que TM conhece Pedro Gilles que, por seu turno, lhe apresenta Rafael Hitlodeu, uma utopia dentro da utopia, como veremos, e que como tal está longe de se enquadrar no espírito da época – ou mesmo de qualquer outra, anterior ou posterior.

Um “estrangeiro de certa idade”, “tez muito morena”, “barba comprida”, são os primeiros traços de Hitlodeu que More nos dá conta. “*Não existe na terra nenhum outro capaz de dar tão completos e interessantes pormenores acerca dos homens e das regiões desconhecidas. Ora eu não ignoro a curiosidade que tendes por tal género de notícias.*” (p.21)

- Sobre Rafael Hitlodeu: Personagem criada por TM para servir de ‘anfitrião’ da Utopia e que serve de porta-voz do próprio TM para criticar as sociedades que conhece, enquanto este submete as suas críticas a um intenso exame ao colocar-se em diálogo consigo

próprio. Temos em Hitlodeu um alter ego de TM, mas livre de amarras práticas ou realistas, que é colocado em debate com o próprio More.

- Destaque para a escolha do nome deste personagem, já que em ‘Rafael Hitlodeu’ encontramos “Rafael”, o padroeiro dos cegos, mas também “Hitlodeu”, de “*Hytlos+Daïos*”, ou perito em palavras vãs, numa tradução livre.

Será a este Rafael Hitlodeu a que TM irá recorrer para nos falar dos utopianos no Livro II. Neste Livro I ainda não é esse o tema, antes um diagnóstico parcial do que está errado e onde constatamos então a utopia dentro da utopia: O próprio RH.

Hitlodeu era um homem verdadeiramente viajado que nasceu em Portugal, detalhe que justificar-se-á pela época da obra, em plena descoberta do Novo Mundo: nos 20 anos anteriores ao livro, os portugueses tinham descoberto o caminho marítimo até à Índia, chegado ao Brasil e à China, por exemplo. A “fama” de descobridores que os portugueses iam acumulando terá sido um factor na escolha da nacionalidade de RH, já que se quis dar à personagem o “peso” de aventureiro viajado. Mas a referência a Portugal acaba por ser pouca ou nada relevante.

Ora, continua o livro, Hitlodeu, ainda novo, abandonou a fortuna aos irmãos e foi conhecer o mundo. Aprendeu latim e grego, a primeira mais que a segunda, e ligou-se a Américo Vespúcio – um florentino, verdadeiro mercador, navegador e explorador e aquele a quem o continente americano deve o nome e que tanto serviu Portugal como Espanha no desbravar do Mundo Novo.

Hitlodeu acompanhou Vespúcio em várias viagens até que decidiu não regressar de uma delas, ficando “nos confins da Nova Castela” – ainda antes da divisão da governação castelhana da América – com mais 23 companheiros. Queriam explorar o litoral da América. “Sem proteção divina, o seu temperamento sedento de aventuras ter-lhe-ia-sido fatal”, diz-nos TM. (p.22)

Nas américas, partiu com cinco castelhanos à aventura, travou conhecimento com “os naturais”, com quem viveu algum tempo até partir novamente. Munidos “de tudo quanto careciam” para viajar, avançaram até à linha do Equador, de “vastas solidões requeimadas por um calor ardente” e “homens mais selvagens que bichos” até entrarem em zonas de vasta vegetação.

Ao longo da sua jornada, Hitlodeu foi-se cruzando com povos e diferentes formas de governo, procurando a partir de certa altura embarcar num qualquer barco, fosse qual fosse o destino. Acabaria por chegar a Ceilão, depois Calecut – até voltar a Portugal. “*Alongaria muito este livro se nele pretendesse referir tudo quanto Rafael aprendeu nas suas viagens. Nem é essa a finalidade da obra*” (p.24). É desta forma que TM esquiva-se a dar mais detalhes geográficos sobre os diferentes destinos por que passou Hitlodeu e, logo, pistas sobre a própria ilha da Utopia.

A conversa entre Gilles, TM e Hitlodeu acaba por se centrar precisamente para todas as viagens deste último, ainda que nada lhe seja questionado sobre “*aqueles monstros tão famosos outrora que já não têm interesse algum: Scilas, Celenos, Lestrigões atropófagos e outras harpias do mesmo género que existiam quase por toda a parte*” e que tanto marcavam a literatura de viagens à época. “*O que é mais raro e digno de interesse é uma sociedade sã e sabiamente organizada*” (p.24), justifica TM. Ideia tão ou mais mitológica que Cilas ou Lestrigões, acrescentamos.

- É desta forma que TM coloca o relato sobre a ilha da Utopia no mesmo patamar de três referências à mitologia grega – “Scilas [sic.], Celenos, Lestrigões antropófagos” –, separando-as do relato por questões de interesse – uns já não interessam por serem *tão famosos*, mas o outro interessa por ser *raro*. A separação é por interesse, não que uns sejam mais verídicos que os outros. A Utopia ganha roupagem de mito no fundo.

A narrativa de Hitlodeu, repleta de descrições, acaba por provocar um debate entre os seus interlocutores, que obriga a uma análise às governações que estes conhecem antes de avançarem para a discussão sobre as formas de governação que o português foi encontrando nas suas viagens. Tudo porque TM diz não conseguir compreender como um homem tão viajado, sábio, rico e experiente como Hitlodeu não se tenha dedicado a um qualquer príncipe, já que “nem só um deixaria de sentir prazer e proveito em vos ter ao seu serviço”.

- TM foi ele próprio secretário e conselheiro de Henrique VIII, pelo que o debate com Rafael Hitlodeu parece servir de exame à sua própria opção. Mas é mais do que isso, já que a discussão se torna rapidamente no tema central do Livro I, com repetidas trocas de argumentos entre Hitlodeu e More – ou antes, sucessivos argumentos, contra-argumentos, desconstruções e paralelismos entre autor e alter ego – através das quais TM – o escritor – recorre à sua personagem – Hitlodeu – para nos dar a sua visão dos governos e do poder e de como os homens de bem são afastados desses círculos – então como agora, aliás.

E porque não enveredou então Hitlodeu por uma carreira de próximo de uma Corte? O primeiro choque é com a ideia de egoísmo. “Pouco me importa a sorte dos meus”, atira. Lembra que ao contrário dos homens, ele deu tudo o que tinha aos seus quando era jovem, daí que estes não se possam queixar de “egoísmo”. Além disso, Hitlodeu recusa “ser escravo de um Rei” a troco de rendimentos vantajosos.

Está lançado o mote. A conversa evolui de imediato para a diferença entre o “parecer” e o “ser” de servir a um príncipe ou Rei, ou qualquer soberano, e de como as “honrarias” e os “cargos” têm como preço a cedência da liberdade individual. TM recusa a ideia de estar a propor que Hitlodeu seja um escravo de um Rei, antes um conselheiro, diz. A diferença para um soberano é praticamente inexistente, contesta Hitlodeu. Mas é nesse cargo que está “a melhor maneira de ser útil ao público e de melhorar a própria condição”, contrapõe More. Nada mais falso, diz Rafael:

“Como é que aquilo que repugna à minha maneira de sentir e ao meu carácter pode tornar-me feliz? Neste momento sou livre, vivo como me apetece e duvido de que muitos dos que se vestem de púrpura possam dizer outro tanto.” (p.26)

More não desarma, nem desarmará tão cedo: um homem de tanta valia como Hitlodeu devia dedicar-se à coisa pública, mesmo que a sacrifício do bem-estar pessoal. “Possuís tanta ciência e tantos talentos que, mesmo sem o hábito dos negócios, poderíeis ser um ministro excelente para o mais ignorante dos Reis.”

“Duplo erro”, diz Rafael. Primeiro recusa ter tais atributos e, segundo, reforça o argumento anterior: é inútil sacrificar a tranquilidade em prol de príncipes que só se preocupam com a guerra – “arte que me é desconhecida” –, abominam o pacifismo e ignoram a administração. Nos Conselhos dos reis, diz, o mundo acaba se alguém tentar promover mudanças ou se surge alguém mais sábio que os antepassados. Quando confrontados com a mudança, a reação é agarrar-se às velhas ideias, instituições ou hábitos.

“Quanto aos conselhos dos Reis, aqui está aproximadamente como se compõem. Dos seus membros, uns calam-se por inépcia, e esses precisariam até de ser eles próprios aconselhados. Outros são mais dotados e sabem que o são, mas compartilham sempre da opinião dos anteriores que estão em melhor graças, e aplaudem entusiasmados as tolices que estes têm por bem propinar. Vis parasitas, só têm uma finalidade: alcançar por meio da lisonja mais mesquinha e criminosa, a protecção do favorito do Rei. Há ainda escravos do amor-próprio, que ouvem apenas a sua própria opinião, coisa nada para admirar porque a natureza leva cada homem a afagar amorosamente aquilo mesmo que cria. Assim sorri o corvo à ninhada e o macaco aos filhos.” (p. 27)

E a verdade é que conselheiros “judiciosos pusilânimes”, “tontos e vaidosos”, há “quase por toda a parte”, diz Rafael a More. *“Sucedeu que certa ocasião, na Inglaterra...”*

Neste ponto, o Livro I embarca numa nova viagem dentro da viagem – More estava na Flandres e dirigiu-se a Antuérpia, onde conheceu Rafael Hitlodeu. A “viagem” agora serve para centrar as críticas no sistema inglês, sistema onde More estava inserido.

- More procura então que Hitlodeu detalhe a sua passagem por Inglaterra, num relato que, ironica e/ou propositadamente, vem colocar em xeque as generalizações anteriores feitas pelo português sobre a relação entre Reis e seus conselheiros. Este xeque não é explícito, mas a releitura do livro torna-o evidente. Se intencional ou não, não sabemos.
- É que apesar de Hitlodeu referir que “quase por toda a parte” encontrou destes maus conselheiros, o exemplo que procura buscar a Inglaterra visa reforçar a má imagem que

colou aos conselhos e conselheiros do Rei. Mas o que nos relata mostra um conselheiro completamente diferente da sua generalização – ainda que rodeado por outros que encaixam perfeitamente –, o que coloca em causa os argumentos antes usados por Hitlodeu. Talvez uma exceção que confirma a regra.

Hitlodeu confirma então que esteve em Inglaterra “pouco depois da guerra civil [integrada na Guerra das Rosas] contra o Rei que terminou pelo horrendo morticínio dos revoltosos” (p.28). Lá conheceu John Morton, Cardeal-Arcebispo de Cantuária e chanceler de Inglaterra, “*mais digno ainda de veneração pelo seu carácter e virtudes do que pelos altos cargos que ocupava*”, elogio dito pelo próprio Hitlodeu, e de quem “o Rei apreciava os seus conselhos e considerava-o um dos mais firmes sustentáculos do Estado”. Este John Morton – personagem real e provável mentor de TM – surge, portanto, muito afastado das ideias sobre os conselheiros antes defendida por Hitlodeu, como que provando que afinal é possível ser-se conselheiro e levar a bom porto algumas diligências, anulando o anterior argumento-chave de Hitlodeu. O resto do relato também o faz.

Quanto aos que rodeavam o cardeal-arcebispo, estes assentam que nem uma luva na imagem descrita antes, daí Hitlodeu ter puxado da sua viagem a Inglaterra como evidência do que tinha acabado de defender. Mas mais do que contrariar parcialmente – na nossa interpretação – ou confirmar a visão sobre os conselheiros – de acordo com Hitlodeu –, o que More quer nesta parte do Livro I é focar as críticas no sistema inglês, usando-se da história de Rafael para atacar a aristocracia, a pena de morte, a especulação, os monopólios e a apropriação de terrenos.

Somos agora colocados num diálogo dentro do diálogo inicial entre Hitlodeu, More e Gilles. Hitlodeu diz aos seus interlocutores que esteve a debater as questões mais em voga em Inglaterra à mesa com o Arcebispo e outros, como um “leigo com fama de muito sábio jurista”, que fez a defesa da “rigorosa justiça” inglesa, com enforcamentos sucessivos e aos “vinte de cada vez”.

Esta é a oportunidade para More, através de Rafael Hitlodeu, fazer a crítica à pena de morte e a defesa do “estado social”. A morte, dirá Hitlodeu, é demasiado para punir um roubo e de menos para o evitar – no sentido de que quem tiver fome não deixará de roubar por medo da morte. “*Nisso a justiça de Inglaterra e de muitos outros países parece-se como aqueles professores que batem nos alunos em vez de os ensinarem*” (p. 29). E pergunta à mesa do Arcebispo: Não seria melhor se ninguém precisasse de roubar? A resposta que recebe é uma recorrente em várias épocas: “Há seres que preferem o crime ao trabalho.” Contra este argumento, e também transversal a várias épocas, Hitlodeu atira:

“Estava à espera que me dissésseis isso (...). Consideremos o que se passa no dia-a-dia em volta de nós. A causa principal da miséria pública é o número excessivo de nobres, ociosos zangãos que vivem à custa do suor e do trabalho de outrém, e que no cultivo das terras exploram os rendeiros até ao osso, para aumentarem os seus rendimentos. Não conhecem outra forma de

economia, mas se, pelo contrário, se trata de comprar um prazer, são de uma prodigalidade que vão até à loucura. Arrastam atrás de si, o que não é ainda menos funesto, bandos de criados indolentes, totalmente incapazes de ganhar a vida” (p. 30)

Para Rafael Hitlodeu, estes “nobres ociosos” são então a verdadeira fonte de ladrões, um mal que vê generalizado não só em Inglaterra, mas “em quase todas as nações”, sendo que em França é ainda pior, já que estes financiam “numerosos bandos arregimentados e pagos pelo Estado” – leia-se um exército numeroso. Tal como Roma e Cartago, vaticina, França também acabará em ruínas. Mas os ociosos vão além dos nobres e da sua criadagem, especialmente em Inglaterra, já que também os ricos e os “reverendíssimos senhores” se andam a apropriar de terrenos.

“Com efeito, em todos os pontos do reino em que se recolhe a mais fina e mais apreciada lã, correm a disputar o terreno nobres, ricos e até reverendíssimos senhores. Essa pobre gente não se satisfaz com os recursos, proventos e rendimentos das suas terras; não se contenta com viver no seio da ociosidade e dos prazeres, à custa do público e sem proveito para o Estado. Tiram vastos terrenos à cultura, convertendo-os em pastagens, abatem casas e aldeias, deixando apenas o templo para servir de estábulo aos carneiros” (p.33)

Hitlodeu vê neste conjunto de “ociosos” a justificação para a pobreza dos demais, já que para fecharem hectares de terrenos com muros precisam de escorraçar os agricultores das terras, recorrendo às mais diversas manobras que o dinheiro permite. Estes agricultores vêm-se obrigados a migrar, ficando sem nada: passam a roubar e/ou a mendigar e são enforcados ou presos. E qual o seu crime?

“Não sabem senão trabalhar a terra; nada há, portanto, que dar-lhes a fazer ali onde se não semeia nem se colhe. Um único pasto ou vaqueira basta agora para fazer produzir aquele solo cuja cultura exigia outrora centenas de braços.” (p. 34)

“Mas não é tudo ainda”, prossegue Hitlodeu. Lembra que houve uma epidemia “depois que se multiplicaram as pastagens” e morreu uma enorme quantidade de carneiros, fazendo disparar o preço da lã, levando à falência vários tecelões. E quando se recuperaram os stocks de animais, eis que o mercado já estava concentrado na mão de alguns “ricos açambarcadores”. Rafael antecipa de seguida que a criação de gado para a obtenção do maior lucro possível no mais curto espaço de tempo vai levar a problemas de carestia, já que a aceleração do ciclo de produção acabará por ultrapassar o da multiplicação, pedindo aos seus interlocutores: “Ponde freio ao avaro egoísmo dos ricos e privai-os do direito de especulação e monopólio.” (p. 36)

E, sobre os méritos da justiça inglesa, conclui:

“Se não dais remédio aos males que vos aponto, não me elogieis a vossa justiça: não passa de uma mentira feroz e estúpida.

Abandonais milhões de crianças aos péssimos efeitos de uma educação viciosa e imoral. A corrupção faz murchar sob os vossos olhos essas plantas jovens que podiam florescer para a virtude, e vós dai-lhes a morte, quando, ao tornarem-se homens, praticam aqueles crimes que desde o berço lhes germinavam nas almas. Que fazeis deles então? Ladrões, para terdes o prazer de os enforcar depois.” (p.36-37).

O “adversário” de Rafael Hitlodeu, o tal “leigo com fama de muito sábio jurista”, prepara-se entretanto para a réplica – “mais a repetir do que argumentar” – quando o Arcebispo interrompe a discussão e pede a Hitlodeu que explique antes o porquê de ser contra a pena de morte.

Ainda embalado pela exposição anterior, Hitlodeu defende que “é injusto matar um homem por se ter apoderado de dinheiro, desde que a sociedade humana não pode ser organizada de modo a garantir a cada um uma parte equitativa de bem-estar”, partindo de seguida para a discussão de princípio – “*summum jus, summa injuria* – quanto mais direito, mais injustiça”. Critica a lei inglesa por punir ladrões e assassinos com a mesma pena, o que só leva a mais mortes, já que “compensa” matar testemunhas, e lembra que nem a Lei de Moisés – “lei de terror e de vingança, feita para escravos e para homens embrutecidos” – punia roubo com morte. Diz ainda que se Deus proibiu os homens de matar e os juízes o decretam, então estão a colocar-se acima de Deus.

Mas Hitlodeu não se limita a criticar, pois também avança com alternativas, partindo da questão: qual então o melhor sistema penal?

Elogiando o sistema do Império Romano, de colocar os criminosos em trabalhos forçados, conciliando a justiça e a utilidade pública, Rafael Hitlodeu dá posteriormente dois exemplos de outros dois povos, os Poliléritos, “nação dependente da Pérsia”, e os Macários, “vizinhos da Utopia”. Os primeiros são exemplo de justiça, os segundos de redistribuição de riqueza, e ambos são outras utopias presentes na *Utopia*.

Hitlodeu detalha: nos Poliléritos, a ideia de justiça passa pela devolução do objecto do roubo e, caso tenha sido de alguma forma adulterado, passará também pelo recurso aos bens do culpado para indemnização, sendo este também condenado a trabalhos forçados. Só em caso de agravantes é que o condenado é metido no cárcere ou a ferros, já que, regra geral, a opção é colocá-lo de corpo livre para trabalhar sem entraves, passando as noites fechado em barracas. Estes condenados também podem ser usados para obras particulares, mediante salários inferiores aos pagos a outros trabalhadores. Já “para coagir os preguiçosos e revoltosos, empregam-se as pancadas de preferência às cadeias”.

Os condenados têm ainda uma orelha mutilada, são vestidos com um fato de cor específica, não podem tocar em armas nem trocar dinheiro com homens livres, exceto o relativo ao trabalho. Cada escravo é marcado com um sinal próprio. Sobre a mutilação da orelha, tal como a vestimenta de

cor própria, estas são formas de prevenir que o escravo fuja, diz o português, sendo que aquele que denunciar tentativas de fuga será premiado, com dinheiro se for um homem livre, com a liberdade se for um escravo. Isto visa prevenir conluios, já que todos vivem com a perspectiva de um dia recuperar a liberdade, prémio da submissão, resignação e bom trabalho que apresentarem.

“Tal é a maneira como o roubo é castigado entre os Poliléritos. Fácil é ver nela uma grande humanidade aliada a um grande bom senso. Se a lei castiga, é no propósito de matar o crime e conservar o homem. Trata o condenado com tanta brandura e sensatez, que o obriga a tornar-se honrado, reparando, durante o resto da vida, todo o mal que causara.” (p.43)

Ouvido o discurso sobre a pena de morte e o exemplo dos Poliléritos, o “antagonista” de Hitlodeu refere que tal sistema seria a ruína da Inglaterra. Todos na mesa aplaudem. Até que o Arcebispo toma a palavra, admitindo que sem experimentar “a legislação polilérita” é impossível saber se assim seria e que é perfeitamente possível suspender-se a pena de morte para tentar um novo tipo de sanções, mais não seja porque agora “amontoamos leis e leis contra esse flagelo [vagabundagem] e a epidemia é hoje mais grave do que nunca”.

“Mas[sic.] [Mal(?)] o cardeal deixou de falar, os louvores mais exagerados acolheram as ideias que Sua Eminência apoiava, ideias que só tinham objecto de desinteresse e desdém quando fora eu sozinho a defendê-las (p.45)”

Os conselheiros mudaram de opinião não por argumentos, mas pelo desejo de agradar ao orador.

Mas toda a regra terá a sua excepção. Nesta passagem Hitlodeu ainda está a explicar a ideia que tem sobre a função de “conselheiro” de um Rei ou Príncipe, que duramente criticou antes, dando esta conversa com o Arcebispo e a alteração da postura perante as ideias veiculadas e depois secundadas como um exemplo de uma das “qualidades” que identificou nos mesmos. *“Enquanto eu fui sozinho a expor as minhas ideias, foram as minhas palavras acolhidas pelo desprezo de todos; logo que o cardeal lhes deu assentimento, o elogio substitui-se ao desprezo”*; (p.48)

Porém, enquanto prova que os conselheiros vão somente atrás das ideias que agradam aos seus “Senhores”, a história de Hitlodeu acaba por provar igualmente o contrário. Afinal, John Morton, Cardeal-Arcebispo de Cantuária, aquele de quem “o Rei apreciava os seus conselhos e considerava-o um dos mais firmes sustentáculos do Estado”, mudou relativamente de opinião depois de ouvir o português, indo ao ponto de admitir um ensaio às leis dos Poliléritos.

- A figura do Cardeal-Arcebispo surge então como prova– ou excepção à regra – de que é possível ser-se conselheiro sem se cair nos pecados com que Hitlodeu os inculpou.

Voltando a avançar...

Tomas More retoma a palavra e volta à carga, reforçando que os conselhos que Hitlodeu tivesse a dar seriam de “alta utilidade pública”, trazendo consigo a “República” de Platão para ajudar, lembrando a virtude dos reis filósofos. E lamenta que os filósofos nem sequer queiram apoiar reis.

Será com Platão que Hitlodeu também responde: O grego sabia que os reis nunca seguiriam conselhos, daí que os próprios filósofos teriam que ser os governantes. “Julgais acaso que [um Rei] não me escorraçará da sua corte, ou não me abandonará ao escárnio dos cortesãos?”

E passa a discorrer sobre exemplos: o que aconteceria se no meio de tantos interesses à volta do Rei, votasse contra uma guerra, que tanto lucro dá aos que votam por ela? O que lhe aconteceria se sugerisse o seguinte:

“Sire, aproveite a paz que um feliz acaso lhe concede; cultive o reino de seus pais, faça com que nele floresça a felicidade, a riqueza e a força; ame os seus súbditos e alegre-se com o amor deles por si; viva como o pai no meio deles e nunca os trate como déspota; deixe lá os outros reinos, o que lhe coube em sorte chega muito bem para si” (p.53)

E se num debate sobre receitas públicas o que aconteceria se entre sugestões de novos impostos, taxas ou desvalorizações de moeda, Rafael Hitlodeu dissesse:

“Os vossos conselhos são infames e vergonhosos para o rei, e funestos para o povo. A honra do vosso senhor e o seu bem-estar estão mais nas riquezas dos seus súbditos do que nas próprias. Fizeram-se os reis para os homens, e não os homens para os reis (...)”

“A dignidade real não consiste em reinar sobre mendigos, mas sobre homens livres e felizes.” (p.56)

[E a particularmente preferida:]

“O médico que apenas sabe curar as doenças dos clientes comunicando-lhes outras mais graves ainda, é considerado ignorante e imbecil; confessai, portanto, vós que sabeis governar tirando aos cidadãos a subsistência e as comodidades da vida, que sois indignos e incapazes de governar homens livres. A não ser assim, corrigi a vossa ignorância, o vosso orgulho e a vossa preguiça; é isso que leva ao ódio e ao desprezo pelo soberano. Vivei em conformidade com a justiça, fazei corresponder as vossas despesas aos proventos, dominai a torrente do vício, criai instituições beneméritas que, prevendo o mal o façam abortar no germe, em vez de criar suplícios contra desgraçados que uma legislação absurda e bárbara leva ao crime e à morte” (p. 57)

O que seria dizer tais coisas num conselho real, questiona Hitlodeu a More.

“Contar uma história a surdos”, anui o visado. Que ainda assim não desiste: claro que não podes dizer tudo de uma vez. Segue o caminho oblíquo, aprende a dizer as coisas devagar e nas horas certas e, mesmo que não tornes o bem efetivo, diminuis a intensidade do mal, recomenda.

- Tomas More acaba por assumir uma postura menos passiva que aqueles que ouviam Sócrates ao longo da maioria da “República”, apresentando-se suficientemente convicto e insistente para extrair de Hitlodeu (ou seja, de si próprio) todas as razões.

Para Rafael Hitlodeu tentar reduzir a intensidade do mal é, em si, um mal, responde. Afinal foi precisamente essa postura que deturpou o Evangelho e adulterou a doutrina de Jesus. *“Ao querer curar a loucura dos outros, cairia na demência de que eles próprios sofrem.”* Apaziguar a verdade é desvirtuá-la. Foi o que fizeram os pregadores contra a vontade de Deus, acusa:

“Vendo que repugnava aos homens pôr em conformidade os seus maus costumes com a doutrina cristã, vergaram o Evangelho como uma régua de chumbo, para o moldar conforme os maus costumes dos homens. A que os conduziu essa hábil manobra? A dar ao vício a estabilidade e a segurança da virtude.” (p. 61)

Em síntese, “não há, portanto, maneira alguma de ser útil ao Estado”, reforça Hitlodeu.

“Quando os sábios vêem muita gente espalhada pelas ruas e praças, durante um forte e demorado aguaceiro, gritam à insensata multidão que se meta em casa para se abrigar. E se a sua voz não é ouvida, não descem à rua para inutilmente se molharem como os outros; ficam em casa, e vendo que não é possível curar a loucura alheia, contentam-se com abrigar-se.” (p. 62)

Daqui a conversa acaba por evoluir para a justiça e propriedade, aproximando-se decisivamente da Utopia. Nestes dois pontos, o português acusa o direito à propriedade privada de ser a garantia da miséria dos muitos e da riqueza dos poucos. Palavra ao próprio:

“Por toda a parte onde a propriedade constitui direito individual, e onde todas as coisas se avaliam por dinheiro, nunca poderá organizar-se a justiça e a prosperidade social, a menos que chameis justa a sociedade na qual o que há de melhor é pertença dos piores, a menos que considereis feliz aquele Estado em que a fortuna pública é presa de um punhado de indivíduos insaciáveis enquanto a massa é devorada pela miséria” (p. 62).

“A igualdade é, segundo penso, impossível num Estado onde a posse é solitária e absoluta; pois cada um aí se arroga diversos títulos e direitos para chamar a si tudo quanto pode; e a riqueza nacional, por maior que seja, acaba por cair nas mãos de um pequeno número de indivíduos que só deixam aos outros indigência e miséria” (p.63)

“Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável só terá para partilhar miséria, tormentos e desespero. Sei que há remédios capazes de temperar o mal; mas tais remédios são incapazes de o curar.” (p.64)

A partir desta última citação, Hitlodeu avança para exemplos concretos, explicando que as leis poderiam impor um tecto máximo à posse individual de terra e dinheiro, castigar a ambição, ser

mais forte contra o despotismo, não permitir a venda de magistraturas etc...., tudo “excelentes paliativos que podem dulcificar a dor e fazer secar as chagas do corpo social; não esperei, no entanto, dar-lhe força e saúde (...). Podeis assim cauterizar uma úlcera, mas inflamando as outras todas; curareis um doente, mas matareis um homem saudável; pois o que acrescentais à riqueza de um indivíduo, necessariamente o sonégais à do vizinho”.

De seguida, e face à réplica apresentada por Tomás More de que um país onde fosse estabelecida a comunidade dos bens seria, pelo contrário, “o mais miserável de todos” – “*toda a gente fugirá do trabalho e descansará dos cuidados da própria existência vivendo do alheio*” –, Hitlodeu lamenta que a imaginação humana seja incapaz de aceitar tais ideias, “se tivésseis estado na Utopia” ... veriam como é possível que uma comunidade de bens funcione como a ideal.

A réplica agora vem de Pedro Gilles, com um lacónico “nunca sereis capaz de me persuadir de que haja nesse novo mundo nações mais bem constituídas que neste nosso”.

Foi “há cerca de mil e duzentos anos [ou seja, c. 316 d.C., já que a ‘utopia’ data de 1516]” que romanos e egípcios lá chegaram pela primeira vez, começa Hitlodeu, sendo que até então os habitantes locais jamais tinham ouvido falar da existência do “nosso” mundo. E de tal forma lhes tomaram o gosto, que estes romanos e egípcios não mais saíram daquele local, tendo levado com eles o saber e o engenho de ambas as sociedades. Assim, como por via de outros naufrágios, os utopianos foram gradualmente conhecendo e aprendendo as mais belas invenções da Europa, explica Hitlodeu sobre a história desta sociedade.

“Pois bem, fizeti-nos uma descrição dessa ilha maravilhosa. Não omitais nenhum pormenor, peço-vos. Descrevei-nos os campos, os rios, as cidades, os homens, os costumes, as instituições, as leis, tudo quanto pensardes que nos convém saber, e crede-me se vos disser que a nossa curiosidade abraça tudo que ignoramos” (P.67)

E assim passamos para o segundo livro.

Entrámos então em casa para jantar e voltámos depois aos jardim sentando-nos no mesmo banco. Recomendei cuidadosamente aos criados que afastassem os importunos e juntei as minhas instâncias às de Pedro, a fim de que Rafael cumprisse a sua promessa. Ele, ao ver a nossa curiosidade ávida e atenta, recolheu-se um instante em silenciosa meditação e começou nestes termos...
